

AFRICA POLICY DIALOGUE

Conferência de estabelecimento do APD em Moçambique destaca importância do diálogo para uma governação inclusiva



Salim Valá, PCA da BVM; Constantino Marrengula, Economista e Docente da UEM; Sofia Cassimo, CTA; Ian Khron, Director de Consultora da ThirdWay

Organizada pelo Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em parceria com o Centro de Estudos Africanos da Universidade de Leiden, a conferência de estabelecimento do *Africa Policy Dialogue* (APD) juntou na mesma sala representantes do Governo, dirigentes de instituições públicas, sector privado e organizações da sociedade civil. Implementado no âmbito

da Plataforma INCLUDE, o APD é um espaço independente de interacção entre representantes do Governo, do sector privado, da sociedade civil, académicos e outros actores relevantes para, em conjunto, gerar evidências empíricas sobre problemas socioeconómicos que afectam os países africanos. O objectivo central é que essas evidências empíricas sirvam de base para o desenho e implementa-



Jaime Comiche, da UNIDO; Edson Chichongue, Director executivo da ACIS; Rotafina Donco, Directora da OXFAM Moçambique; Adriano Nuvunga, Director do CDD

ção de políticas ou programas que possam conduzir as nações africanas para um crescimento económico sustentável e inclusivo.

Falando em representação do Ministro dos Recursos Minerais e Energia, o Director Nacional de Energia, Pascoal Bacela, destacou a importância de estabelecimento de iniciativas de debate de temas sobre governação e desenvolvimento inclusivo e disse que o Governo está aberto para dialogar com todos os sectores relevantes da sociedade. Citou a Iniciativa de Transparência na Indústria Extractiva como exemplo de espaço de interacção e debate entre o Governo, empresas e a sociedade civil, com o objectivo de promover a transparência e a gestão responsável das receitas provenientes do sector extractivo. “Neste momento está em curso a revisão da Lei de Electricidade em vigor desde 1997. Julgamos ser oportuno que todos os sectores da sociedade participem para ganharmos um instrumento legislativo à altura dos desafios que o País enfrenta no sector energético. O Africa Policy Dialogue pode contribuir para o aprofundamento destas e outras matérias”.

O Director Nacional de Energia mencionou alguns projectos de aproveitamento do gás doméstico, como a instalação de uma fábrica de gás de cozinha (GLP) em Temane, Província de Inhambane, que deverá produzir 30 mil toneladas por ano, a partir de 2024. Quanto aos projectos de aproveitamento do gás do-

méstico da bacia do Rovuma, Pascoal Bacela destacou três, nomeadamente projecto de produção de combustíveis líquidos, projecto de produção de fertilizantes e o projecto de produção de energia eléctrica. “Estamos a falar de projectos de larga escala e que requerem capital intensivo e longo período de maturação. Portanto, são projectos que vão conhecer constrangimentos e desafios”, alertou.

Na sequência do concurso público internacional de adjudicação do gás doméstico da bacia do Rovuma lançado em 2016, foram seleccionadas três empresas, nomeadamente a Yara International que vai produzir fertilizantes; a Shell que vai produzir combustíveis líquidos; e a GL Africa Energy que vai produzir energia eléctrica. “Notamos com interesse que esta conferência considera a indústria extractiva como um dos pilares de desenvolvimento de Moçambique. E é preciso dizer que não se pode discutir o desenvolvimento baseado nos recursos naturais que o País dispõe sem abordar o conteúdo local, cuja proposta de lei está a ser preparada pelo Ministério da Economia e Finanças”.

O Representante Residente do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) em Moçambique, Pietro Toigo, encorajou o diálogo entre o Governo e vários actores relevantes e defendeu ser importante assegurar que o gás da bacia do Rovuma não sirva apenas para ex-



Adriano Nuvunga, Director do CDD



Constantino Marrengula, Economista e Docente da UEM



Ian Khron, Director de Consultoria da ThirdWay



Jaime Comiche, Representante da UNIDO



Pascoal Bacela, Director Nacional de Energia



Salim Valá, PCA da BVM



Michiel van der Pompe, Embaixada do Reino dos Países Baixos



Sofia Cassimo, Presidente do Pelouro da Mulher Empresária e Empreendedorismo



Pietro Toigo, Representante Residente do BAD em Moçambique

portação, mas também para a industrialização do País. “Apesar de Moçambique ter registado um crescimento assinalável da indústria extractiva nos últimos anos, esse crescimento não beneficiou o desenvolvimento inclusivo. Isso porque os megaprojectos foram desenvolvidos de forma isolada”, lembrou. Pietro Toigo considera necessária uma actualização do Plano Director do Gás Natural aprovado em 2014 para que o documento reflita os acontecimentos dos últimos seis anos, incluindo as mudanças no mercado internacional do gás.

O Chefe de Cooperação da Embaixada do Reino dos Países Baixos, Michel van der Pompe, começou por dizer que Moçambique

vive momentos marcantes, com o crescimento económico assinalável verificado nos últimos anos e a descoberta de grandes reservas de recursos naturais. De seguida, alertou que a exploração dos recursos naturais deve ser acompanhada por políticas públicas que criem condições para o desenvolvimento inclusivo. “As desigualdades sociais que o País apresenta traz desafios não só para o Governo, mas também para as organizações da sociedade civil, o sector privado, os académicos e comunidade internacional. O sector privado deve intervir na criação de empregos e na geração de renda”, disse, acrescentando que o processo de descentralização deve ser eficaz e benéfico para os cidadãos.

Governança inclusiva no contexto do conteúdo local

Depois das notas de abertura, seguiu-se o debate do primeiro painel, cujo tema era “Governança inclusiva no contexto do conteúdo local”, moderado pelo economista e docente da Universidade Eduardo Mondlane, Constantino Marrengula. Em representação da Confederação das Associações Económicas (CTA), esteve presente a Presidente do Pelouro da Mulher Empresária e Empreendedorismo, Sofia Cassimo. Na sua intervenção, começou por questionar até que ponto as micro e pequenas empresas terão espaço para capitalizar a exploração dos recursos naturais. E fez notar que uma lei de conteúdo local por si não é garantia de que daqui a 10 ou 20 anos Moçambique terá 40% do empresariado a prover serviços e bens à indústria extractiva.

A Presidente do Pelouro da Mulher Empresária e Empreendedorismo na CTA defendeu a necessidade da criação de uma base de dados acessível para todas as empresas e que reúna informação sobre serviços e bens a prover. “A legislação sobre o procurement público devia ser revista para dar maior atenção a empresas detidas por jovens e mulheres. Temos que ter uma visão global de todo o processo, a nossa lei deve ter em conta o contexto nacional, onde a maioria das empresas é micro e pequenas e as mulheres estão sempre em situação de desvantagem”.

O PCA da Bolsa de Valores de Moçambique, Salim Valá, disse que a instituição que dirige pode servir como instrumento de dinamização das micro e pequenas empresas e para

os pequenos investidores. “Dos sete mil pequenos investidores que tínhamos em 2019, subimos para mais de 20 mil com a oferta pública de venda de acções da HCB. Ainda em 2019, a Cervejas de Moçambique vendeu as acções para os seus accionistas e teve mais de 100 milhões de dólares que usou para a construção da fábrica de Marracuene”. Ainda assim, Salim Valá reconhece que apesar de ter já 20 anos, a Bolsa de Valores de Moçambique (BVM) ainda não tem muitos serviços e produtos que criem apetência nas pessoas, num contexto em que a cultura financeira é dominada pelo sistema bancário.

Enquanto as pessoas não investem em valores mobiliários, muita poupança fica ociosa e isso não permite o desenvolvimento das empresas. “O Estado é que mais usa a Bolsa para se financiar no mercado de capitais, enquanto o sector privado usa muito pouco, com uma percentagem é de 27%. As empresas do sector empresarial do Estado não são obrigadas a aderir à Bolsa”. As condições exigidas para a admissão na BVM concorrem para afastar muitas empresas, sobretudo aquelas que não têm uma contabilidade devidamente organizada. Salim Valá diz que tem presente as características locais e as condições específicas do empresariado moçambicano, mas deixou claro que há padrões e exigências que não devem ser relaxados. “O que fizemos foi criar um mercado de incubação de empresas (por dois ou três anos) para mais tarde lançar para o mercado”.

Ainda no painel que discutiu a “Governança inclusiva no contexto do conteúdo local”, a questão da insegurança em Cabo Delgado foi apontada como um dos grandes obstáculos para a atracção e realização de investimentos. “Há cerca de 50 mil milhões de meticais no sistema financeiro nacional que não estão a ser usados devido a várias incertezas no País. Essas incertezas têm que ver com a falta de segurança sobretudo em Cabo Delgado”, disse Ian Khron, Director de Consultoria ThirdWay (Multi-Stakeholder Platform – MSP). So-

bre o conteúdo local, o consultor insistiu que o mais importante é criar regras claras. “Isso é que interessa aos investidores. Os princípios devem ser claros”.

No debate que se seguiu foram levantadas várias questões sobre o conteúdo local na indústria extractiva. “Quando se fala de conteúdo local, criam-se muitas expectativas nas comunidades locais. Mas como é que isso vai funcionar?”, questionou o Director da Faculdade de Economia da UEM, Fernando Lichucha.

É preciso melhorar o ambiente de negócios para assegurar ganhos com conteúdo local

O segundo painel discutiu o “Gás natural para a transformação estrutural da economia” e teve como moderadora a Directora da OXFAM Moçambique, Rotafina Donco. Em representação do sector privado esteve no painel Edson Chichongue, Director Executivo da Associação de Comércio, Indústria e Serviços (ACIS), que junta cerca de 600 empresas. Chichongue defendeu que se a lei de conteúdo local efectivamente avançar irá abrir espaço para a transferência de conhecimento e capacitação das empresas, e vai melhorar o seu nível de produtividade e alargar a sua capacidade de contratação de mão-de-obra.

Mas uma das condições que as multinacionais do sector extractivo exigem é a certificação dos seus fornecedores de bens e serviços. “A ACIS desenvolveu um programa de certificação das empresas, pois muitos empresários consideram que a certificação é muito cara. As empresas vão pagar entre 25 e 50% dos custos de certificação. Estamos a trabalhar na certificação exigida pelas empresas do sector petrolífero”, explicou. O Director Executivo da ACIS destacou também a necessidade da melhoria do ambiente de negócios, sobretudo a segurança no norte (Cabo Delgado) e centro (Manica e Sofala) do País.

Quem também defendeu a melhoria do ambiente de negócios foi Jaime Comiche, Representante em Moçambique da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO). “Estamos a fazer publicidade enganosa, estamos a atrair investidores para o caos e o risco de perderem o seu dinheiro é maior. Temos que melhorar o ambiente de negócios, temos que trabalhar para sairmos

daquelas posições desconfortáveis em que anualmente somos colocados nos relatórios internacionais”. Jaime Comiche criticou ainda a falta de coordenação institucional e disse que as políticas e estratégias de desenvolvimento são reactivas. E apontou um exemplo da falta de sincronização de políticas institucionais: “Em 2016 o Governo aprovou a Política e Estratégia Industrial e no mesmo ano começou a discussão da política de conteúdo local. “Mas os Ministérios da Indústria e Comércio e o da Economia e Finanças nunca trabalharam em conjunto para a coordenação deste dois instrumentos”.

O Representante da UNIDO em Moçambique disse ainda que o sector extractivo e industrial deveria ser a maior fonte de absorção da mão-de-obra local, mas o acesso ao emprego continua muito restrito para as comunidades locais. “A transformação económica só é considerada efectiva quando se atinge 13.000 dólares de PIB per capita. E esse nível só se alcança quando o país for industrializado. Neste momento, o PIB per capita de Moçambique é 539 dólares”.

O Director Executivo do CDD, Adriano Nuvunga, usou da palavra para defender a mudança de paradigma: pensar no gás da bacia do Rovuma para o desenvolvimento e não para a geração de receitas. “Provavelmente, o paradigma pós-Covid-19 seja o de gás para o desenvolvimento. Moçambique deve olhar para a questão do gás como potencial energético para a transformação estrutural e o desenvolvimento inclusivo”. Nuvunga receia que a insurgência militar em Cabo Delgado poderá adiar o debate sobre a monetização do gás da bacia do Rovuma.



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Agostinho Machava

Equipa Técnica: Emídio Beula , Agostinho Machava, Ilídio Nhantumbo, Isabel Macamo, Julião Matsinhe, Janato Jr. e Ligia Nkavando
Layout: Emídio Beula

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

